

ADC 057/2018

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.
Em Recuperação Judicial

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

30 DE JUNHO DE 2018

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	5
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado do Exercício.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	11
Demonstração do Valor Adicionado.....	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

30 de Junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria da CONPEL – Cia Nordestina de Papel, submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, com relatório de auditores independentes, referente ao 2º Trimestre de 2018.

Este relatório tem o objetivo de dar aos acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, mercado financeiro, órgãos públicos e demais integrantes da sociedade, todas as informações necessárias e abrangentes nas diversas áreas da companhia.

Estamos atuando forte no mercado de ondulados e retomamos nossa operação de sacos para construção civil no segundo trimestre. Os sinais de recuperação são modestos, mas altamente importantes para a recuperação da companhia, a qual atravessou um trimestre atípico em função das manifestações dos caminhoneiros, fato que prejudicou no crescimento das vendas projetadas.

Ainda com a escassez de linhas de crédito, a CONPEL continua com margens justas de resultado, aplicando investimentos em melhorias com capital próprio, sendo que isso está sendo fundamental para recuperação da sua carteira de clientes e aumento da produção, tendo maior estabilidade, continuidade operacional e ainda melhorando seus resultados.

Importante destacar também que a companhia está iniciando vendas para o mercado externo, aproveitando a alta do câmbio e vislumbrando novas oportunidades futuras de negócios e expansão.

Confiantes na retomada de seus segmentos de mercados, alinhadas com as reduções e investimentos aplicados, acreditamos na plena retomada da companhia.

Conde - PB, 30 de junho de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
**CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde – PB**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.(Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com abstenção de opinião sobre as Demonstrações Intermediárias

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 750 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 1.226/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, trabalhista e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 30 de junho de 2018 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no Faturamento.

A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de **R\$ 185.854mil** em 30 de junho de 2018 (**R\$ 171.915mil** em 31 de dezembro de 2017). Tais situações remetem a elevado

grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia requereu um pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, o qual foi deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441).

Dada à situação econômica e financeira que a Companhia vem enfrentando nos últimos exercícios, agravada pelo processo de recuperação judicial deferido no exercício de 2017, suas operações foram significativamente afetadas, principalmente pela interrupção da produção da linha de sacarias, em janeiro de 2017, cujas atividades não foram restabelecidas até a emissão deste relatório. Dessa forma, entendemos que há indícios relevantes de que os ativos imobilizados da Companhia relacionados a esta atividade estão sujeitos a perdas significativas (*Impairment*), no entanto, não nos foram apresentadas evidências de análise realizada, de forma que nos possibilitasse concluir com segurança razoável de que as demonstrações financeiras não apresentam distorções materiais em decorrência deste assunto.

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Não expressamos uma conclusão sobre as referidas demonstrações financeiras intermediárias da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), pois, devido à relevância dos assuntos descritos, não nos foi possível obter evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses, findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

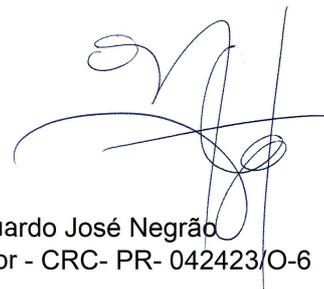
Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 10 de agosto de 2018.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Claudio Silva Foch
Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR



Eduardo José Negrão
Sócio Diretor - CRC- PR- 042423/O-6

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1	168
Contas a Receber de Clientes	8	3.911	1.965
Estoques	9	1.453	673
Adiantamento a Fornecedores	10	1.520	1.121
Impostos a Recuperar	11	449	603
Total do Ativo Circulante		7.334	4.530
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	11	2	2
Partes Relacionadas	13	903	903
Outros Créditos	12	879	875
Total do Realizável a Longo Prazo		1.784	1.780
Imobilizado	14	54.480	55.710
Total do Ativo Não-Circulante		54.480	55.710
TOTAL DO ATIVO		63.598	62.020

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	13.499	12.549
Empréstimos e Financiamentos	17	1.820	2.768
Obrigações Sociais	18	31.848	33.721
Obrigações Tributárias	19	166.341	151.880
Adiantamento de Clientes	20	2.970	626
Outras Obrigações		409	435
Total do Passivo Circulante		216.887	201.979
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	13	13.107	12.159
Impostos Diferidos	21	19.458	19.797
Total do Passivo Não Circulante		32.565	31.956
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
	23		
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		33.324	33.870
Prejuízos Acumulados		(241.516)	(228.123)
Total do Patrimônio Líquido		(185.854)	(171.915)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		63.598	62.020

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E
30 DE JUNHO DE 2017

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Receita Operacional Líquida	24	6.324	2.668
(-) Custos do Produtos Vendidos		(7.913)	(4.146)
Lucro Bruto		(1.589)	(1.478)
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	25	(127)	(46)
Gerais e Administrativas	26	(1.510)	(1.871)
Outras Receitas e Despesas	27	(88)	(5.540)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(3.314)	(8.935)
<i>Resultado Financeiro</i>			
	28		
Receitas Financeiras		4	12
Despesas Financeiras		(10.841)	(9.392)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(14.151)	(18.315)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos		340	482
Resultado Líquido do Exercício		(13.811)	(17.833)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(0,76)	(0,98)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE
JUNHO DE 2017**

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(13.811)	(17.833)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(13.811)</u>	<u>(17.833)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 30 de Junho de 2017	22.338	(218.328)	34.416	(161.574)
Resultado do Período	-	(5.493)	-	(5.493)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 30 de Setembro de 2017	22.338	(223.548)	34.143	(167.067)
Resultado do Período	-	(4.848)	-	(4.848)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	22.338	(228.123)	33.870	(171.915)
Resultado do Período	-	(24.173)	-	(24.173)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Março de 2018	22.338	(252.023)	33.597	(196.088)
Resultado do Período	-	10.234	-	10.234
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 30 de Junho de 2017	22.338	(241.516)	33.324	(185.854)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE 30 DE
JUNHO DE 2017

	30/06/2018	30/06/2017
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(13.811)	(17.833)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	1.296	1.354
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(41)	(542)
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(340)	(482)
Recuperação de Despesas	-	(945)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(12.896)	(18.448)
Clientes	(1.904)	1.798
Estoques	(780)	(617)
Impostos a Recuperar	155	215
Despesas do Exercício Seguinte	-	16
Outros Créditos	(404)	59
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(2.933)	1.471
Fornecedores	949	(295)
Obrigações Sociais e Tributárias	12.588	13.933
Adiantamento de Clientes	2.344	73
Outras Obrigações	(26)	55
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	15.855	13.766
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	26	(3.211)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	-	-
Baixa Imobilizado	-	2.943
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	949	8.383
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	949	11.326
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	5.297	246
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(6.271)	(8.361)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(974)	(8.115)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1	-

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE JUNHO DE 2017

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	8.851	3.712
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	340	482
Venda de Ativo Imobilizado	-	(1.680)
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	41	542
Provisão (Reversão) p/ Contingências	(182)	(5.368)
Provisão (Reversão) p/ Impairment	-	-
Perdas Não operacionais	37	946
Perdas Não operacionais no Estoque	-	-
Incentivos Fiscais Recebidos	18	32
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(3.907)	(995)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(1.506)	(946)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>3.692</u>	<u>(3.275)</u>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.296)	(1.354)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>2.396</u>	<u>(4.629)</u>
Receitas Financeiras	4	12
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>2.400</u>	<u>(4.617)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>2.400</u>	<u>(4.617)</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	1.808	2.047
Benefícios	417	346
FGTS	436	180
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
<i>Federais</i>	1.614	735
<i>Estaduais</i>	1.070	516
<i>Municipais</i>	-	-
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	10.841	9.392
Aluguéis	25	-
Resultado do Exercício	<u>(13.811)</u>	<u>(17.833)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Durante o exercício de 2017 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 30 de Junho de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) **Passivos financeiros**

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.6 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.7 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.9 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.15 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

2.16 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.153, de 23 de janeiro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Empresa efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A Empresa não possui derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. A política não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Empresa.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de vendas a seus clientes.

O risco de crédito relativo às vendas é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes às vendas.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

d) Operações com derivativos

A Empresa não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Empresa e maximizar o valor aos sócios.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

4. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4.1 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2018 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

5.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

f) Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	168
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	3.911	1.965
Depósitos Judiciais	879	874
Total Ativos Financeiros	4.791	3.007
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	13.499	12.550
Empréstimos e Financiamentos	1.820	2.768
Total Passivos Financeiros	15.319	15.318

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos Conta Movimento	1	168
Total de Caixa e Equivalentes	1	168

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a Receber de Clientes	13.263	11.358
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(9.352)	(9.393)
Total de Contas a Receber	3.911	1.965
Aging List das contas a receber de clientes		
Vencidos	11.878	10.168
A vencer em até 3 meses	1.385	1.190
A vencer entre 3 e 6 meses	-	-
Total	13.263	11.358

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. ESTOQUES

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Produtos acabados	1.202	429
Matérias primas	33	69
Materiais Secundarios	57	56
Outros materiais	101	69
Operações com Terceiros	(452)	(327)
Material recebido para industrialização	512	377
Total	1.453	673

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 30 de junho de 2018 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontra-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Kelton da Silva Pontes	86	76
Albuquerque Gerenciamento de Resíduos Ltda - EPP	44	43
N. Valencio & Oliveira Ltda	36	36
JCK Transporte e Logistica Ltda	30	42
Fernando Imperano da Costa ME	29	29
Bamelo Representações Ltda	26	-
Outros Fornecedores	1.269	895
Total	1.520	1.121

Devido a Recuperação Judicial Companhia tem encontrado dificuldade na concessão de crédito junto a fornecedores, havendo a necessidade de pagamento a vista e/ou forma antecipado na compra de matéria prima e despesas, acarretando no aumento da conta de adiantamento de fornecedores.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ/CSLL Estimativa	-	88
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	78	114
ICMS a Recuperar	-	23
ICMS sobre ativo imobilizado	10	17
Pagtos. Indevidos a Compensar	70	70
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Impostos a Recuperar Circulante	449	603
ICMS sobre ativo imobilizado	2	2
Impostos a Recuperar Não Circulante	2	2

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

12. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outros Créditos	-	-
Total Circulante	-	-
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	879	875
Total não Circulante	879	875

13. PARTES RELACIONADAS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVO		
EKN Administração e Participações	903	903
Total Ativo não Circulante	903	903
PASSIVO		
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná	1.167	414
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	1.008	813
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	13.107	12.159

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

14. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Média Taxas de Depreciação		4,00%	5,22%	8,97%	6,89%		9,54%		
Em 31 Dezembro de 2017									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	488	1.352	107.259
Depreciação	-	(199)	(426)	(11)	(10)	-	(6)	-	(652)
Deprec. Acumulada	-	(10.795)	(30.158)	(4.264)	(445)	(31)	(386)	-	(46.079)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	8.164	39.347	77	242	-	87	1.261	55.710
Em 30 Junho de 2018									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	554	1.352	107.325
Depreciação	-	(199)	(425)	(9)	(10)	-	(6)	-	(649)
Deprec. Acumulada	-	(11.193)	(31.009)	(4.284)	(465)	(31)	(398)	-	(47.380)
Adições	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	7.766	38.497	59	222	-	143	1.261	54.480

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

15. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2016 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº 01/2017, feito pelo Eng. Aurilio Lopes Neto com registro no CREA-SP nº 5060202474-D no qual o mesmo atesta que não houve variação relevante durante o exercício de 2016 em relação ao Laudo nº 051/2016, elaborado pela empresa Ferrari Organizações e Avaliações Patrimoniais Ltda., inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, Mantendo a mesma provisão de perdas (*Impairment*) de R\$ 4.818mil.

16. FORNECEDORES

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	13.499	12.549
Total	13.499	12.549

Aging List de Contas a Pagar

Vencidos	13.162	12.337
A vencer em até 3 meses	291	72
A vencer entre 3 e 6 meses	15	47
A vencer de 6 meses a 1 ano	31	93
Total	13.499	12.549

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

Circulante	30/06/2018	31/12/2017
Financiamentos	405	405
Duplicatas Descontadas	1.415	2.363
Total	1.820	2.768
Vencimentos		
Em até 6 meses	1.820	2.768
	1.820	2.768

a) Indexadores:

Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	30/06/2018	31/12/2017
Salários a Pagar	916	1.248
INSS	15.937	17.333
FGTS	2.026	3.723
IRRF Funcionários	2.661	1.673
Provisões e Encargos	2.804	2.424
Provisão Indenizações	6.509	6.327
Parcelamentos Previdenciários	790	790
Contribuição Sindical	205	203
Total	31.848	33.721

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS (i)	20	13
PIS (ii)	5.919	5.669
COFINS (ii)	28.596	27.103
IPI (ii)	102.799	100.147
INSS S/ FATURAMENTO (ii)	4.843	3.987
IRRF	19	44
IRPJ	937	1.910
CSLL	551	536
Multas Infrações CLT	447	357
ISS	33	39
INSS Retido Fonte	38	38
PIS/COFINS/CSLL	285	253
ICMS Diferencial de Aliquota	35	23
ICMS Divida Ativa	21.819	11.761
Total Circulante	166.341	151.880

- (i) No período de janeiro a junho de 2017 a companhia não se beneficiou do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba, pois nestes meses a empresa apurou crédito no ICMS. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- (ii) Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cientes Diversos	2.970	626
Total	2.970	626
Turbimaq Turbinas e Maquinas Ltda	180	-
Samuel Junior de Souza	74	74
Riograndense Distribuidora Ltda	49	49
Janaina Aparecida Aarques Diniz	27	27
Pescados Fish Ltda	21	21
Ivone da Silva Gomes	31	48
Outros	2.588	407
Total	2.970	626

Assim como a CONPEL, diversas empresas têm dificuldade em conseguir crédito no mercado, com isso há a necessidade de pagamento antecipado de suas compras, esta conta reflete os adiantamentos recebidos de clientes.

21. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo Atribuído	50.490	51.319
Vida Útil	6.738	6.908
IRPJ Diferido (25%)	14.307	14.557
CSLL Diferida (9%)	5.151	5.240
Total	19.458	19.797

22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Remuneração de Conselheiros	-	60
Remuneração de Diretores	33	40
Total	33	100

Devido a Recuperação judicial os membros do conselho de administração e diretoria reduziram suas remunerações até que a companhia retorne a demonstrar resultado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	33.324	33.870
<i>Prejuízo Exercício Anteriores</i>	<i>(228.123)</i>	<i>(228.123)</i>
<i>Prejuízo do Período</i>	<i>(13.393)</i>	-
Prejuízos Acumulados	(241.516)	(228.123)
Total do Patrimônio Líquido	(185.854)	(171.915)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil, e está composto da seguinte forma:

Acionista	Espécie / Classe	Quantidade	Capital Subscrito - R\$	Votante
EKN - Embal. Kraft NE Ltda	Ações Ordinárias	17.377.638	21.420.235	96%
Outros minoritários	Ações Ordinárias	744.461	918.106	4%
Total		18.122.099	22.338.341	100%

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Papel Kraft	4.749	1.110
Chapa de papelão	2.714	659
Caixas	1.923	1.759
Sacos	76	331
Outras Receitas	-	3
Total Mercado Interno	9.462	3.862
(-) Impostos sobre Vendas	(2.527)	(1.044)
(-) Devoluções e Abatimentos	(611)	(150)
Receita Líquida	6.324	2.668

A receita operacional líquida demonstra um crescimento, uma melhora na receita em comparação com o mesmo período de 2017. Resultado do trabalho desenvolvido na área comercial objetivando a busca de novos clientes e ponto de equilíbrio.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. DESPESAS COM VENDAS

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Fretes	(126)	(46)
Comissões	(1)	-
Total	(127)	(46)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(1.173)	(1.552)
Serviços, Aluguéis	(88)	(75)
Energia, Água e Comunicações	(112)	(133)
Materiais de Consumo	(73)	(36)
Impostos Taxas e Contribuições	(1)	(16)
Gastos Gerais	(63)	(59)
Total	(1.510)	(1.871)

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	18	32
Recuperação de Despesas	-	945
Outras Receitas	37	(1.679)
Total Outras Receitas	55	(702)
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	41	542
Prov. Contingencia	(183)	(5.368)
Outras Despesas	(1)	(12)
Total Outras Despesas	(143)	(4.838)
Total	(88)	(5.540)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros Mora Ativos	-	5
Outros Juros Ativos	4	7
Total Receitas Financeiras	4	12
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(272)	(2.385)
Juros Mora Passivos	89	(624)
Juros s/ de Tributo	(23.197)	(5.965)
Multas s/ de Tributo	(185)	(228)
Juros Tributos Parcelados	12.768	-
Descontos Concedidos	11	(52)
Despesas Bancárias	(55)	(45)
Outras Despesas Financeiras	-	(93)
Total Despesas Financeiras	(10.841)	(9.392)
Total Resultado Financeiro Líquido	(10.837)	(9.380)

A principal variação neste grupo de contas deu-se pela atualização dos juros e multas sobre o passivo tributário, cujo está conciliado e acurado com os devidos extratos da RFB e PGFN.

29. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(1.296)	(1.354)
Despesas com Pessoal	(2.818)	(2.570)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(3.907)	(995)
Serviços de Terceiros	(1.531)	(441)
Outras Despesas Operacionais	(88)	(173)
Total	(9.640)	(5.533)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(7.914)	(4.146)
Despesas com Vendas	(127)	(46)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.511)	(1.871)
Outras Despesas Operacionais	(88)	530
Total	(9.640)	(5.533)

30. LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de Junho de 2018 e de 2017.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Junho de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	30/06/2018	30/06/2017
Receita Operacional Líquida	6.324	2.668
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(7.913)	(4.146)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.589)	(1.478)
(-) Despesas com Vendas	(127)	(46)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(1.510)	(1.871)
(+) Outras Receitas e Despesas	(88)	(5.540)
(+) Depreciação e Amortização	1.296	1.354
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(2.018)	(7.581)

Conde (PB), 30 de junho de 2018.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

Jackson Eduardo Lopes Dias
Diretor Administrativo/Financeiro e Relações com Investidores